

-----ATA N.º 01-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 21.00 horas reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e Votação da 1.ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2015, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12.09;-----

-----**2.º Ponto** - Conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual, para aquisição de uma coleção de brinquedos de Otávio Neves nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02;-----

-----**3.º Ponto** – Autorizar a admissão de 3 assistentes operacionais para funções na área da educação, ao abrigo do disposto do n.º 2 do art.º 64.º da LOE 2015;-----

-----**4.º Ponto** - Discussão e votação da proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana para a zona da Encosta de S. Vicente na cidade de Torres Vedras, tendo presente a competência prevista no n.º 1 do art.º 13.º do Decreto -Lei n.º 307/2009 de 23.10 na redação dada pela Lei n.º 32/2012 de 14.08;-----

-----**5.º Ponto** - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei 75/2013 de 12.09.-----

-----José Augusto Clemente de Carvalho, Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Susana Maria Ribeiro das Neves, Marco Henriques Claudino, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Rui José Prudêncio, António João Leal da Costa Bastos, Francisco João da Fonseca Inácio, Ana Isabel Marques Fiéis, José António do Vale Paulos, Joaquim Manuel Oliveira Gomes, António Martins Moreira, Maria Leonor Marques Marinheiro, Vítor José dos Santos Fernandes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, João Alexandre Pires Bernardes, Marta Filipa Sousa Geraldês, Pedro Miguel Germano Bernardes, Hélio Batista Gomes, Carlos Manuel dos Santos Terêncio, Carlos Alberto Alves Gomes, Luis Pedro Duarte Silva, António Filipe Narciso dos Santos, Luis Miguel Antunes Batista, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luis, José Manuel Cristóvão, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, José António Gomes Adriano, Artur Alexandre Santos Narciso e Maria Manuel Hortas Silva Pacheco.-----

-----Faltou o membro Jacinto António Franco Leandro.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, Hugo Miguel Fernandes Martins, Laura Maria Jesus

Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira e Sérgio Rodrigo dos Santos Cipriano -----

-----Teve início o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

APRESENTAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que a ata n.º 6 de 27 de novembro que foi previamente distribuída por todos os membros, se encontrava na mesa para eventuais correcções.-----

-----Assembleia aprovou por unanimidade o texto definitivo das atas apresentadas.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O Primeiro Secretário Sr. António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

-----Anota-se que foram numerados os dois documentos que a seguir se indicam: -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----E-mail de João Pedro Gomes, de 25 de fevereiro, a solicitar a sua substituição pelo candidato a seguir na lista , uma vez que, por motivos profissionais, não pode comparecer na sessão.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente José António de Jesus Gomes Adriano.-----

JUSTIFICAÇÕES DE FALTA:-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail da União de Freguesia de Dois Portos e Runa, de 28 de novembro a justificar a falta dada por motivos de saúde pelo seu presidente João Tomaz à sessão ordinária realizada em 27 de novembro.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que pediram substituição para a sessão os membros Renata Filipa Simões e Paulo Dinis Valentim que foram substituídos por Artur Narciso e Maria Manuela Pacheco, respectivamente.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida e aceitou a justificação de falta apresentada.-----

-----De seguida leu as propostas que se transcrevem:-----

PROPOSTA DE VOTO DE CONGRATULAÇÃO:-----

-----“No passado dia 14 de fevereiro D. Manuel Clemente foi elevado, justo título, à dignidade cardinalícia.-----

-----Desde então, D. Manuel Clemente é o novo cardeal patriarca de Lisboa.-----

-----D. Manuel Clemente é um torriense. É uma pessoa simples e afável, numa atitude de permanente proximidade a todos e cada um.-----

-----Ama e vive a sua e nossa terra, sem que alguém o supere.-----

-----Simultaneamente, é uma personalidade insigne e ímpar de intelectual e príncipe da Igreja Católica.-----

-----Universalista no seu humanismo e mundividência.-----

-----Na fidelidade à Doutrina Social da Igreja, D. Manuel Clemente lembrou recentemente a recomendação do Papa Francisco: “(...) é necessário pôr o coração no que é pequeno, nos que são pequenos.”-----

-----Que melhores palavras nos tempos que vivemos?-----

-----D. Manuel Clemente, por virtudes próprias, tem lugar definitivo na galeria das personalidades cimeiras na história do nosso concelho e do nosso país.-----

-----Neste sentido, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sessão ordinária, no dia 25 de fevereiro de 2015, com profundos sentimentos de honra e orgulho e igualmente de júbilo, saúda e congratula-se com a investidura de D. Manuel Clemente na dignidade de cardeal-patriarca de Lisboa.-----

-----Torres Vedras, 26 de fevereiro de 2015.-----

-----O Grupo Municipal do PS”-----

PROPOSTA DE LOUVOR E RECONHECIMENTO:-----

-----“Foi com alegria e júbilo que o Povo Português e, em especial, o Povo Torriense ouviu no início do ano o Papa Francisco anunciar a criação de Dom Manuel Clemente como novo Cardeal no 1.º Consistório de 2015.-----

-----Dom Manuel Clemente é um homem que, na sua humilde simplicidade, detém o dom de interpretar o mundo complexo em que vivemos e nele intervir com inegável capacidade e humanismo. E fá-lo inspirando outros a fazerem melhor, inspirando outros a serem melhores.-----

-----A sua dimensão religiosa, humanista, cultural e ética tem sido muito justamente reconhecida e sublinhada por todos quanto foram tocados pelas suas palavras, ensinamentos e ações.-----

-----Dom Manuel, para além de ser uma figura incontornável da Igreja, representa um exemplo e um modelo para a sociedade portuguesa, crente e não crente, católica e não católica.-----

-----Para prová-lo, se provas acaso fossem necessárias, recordemo-nos da atribuição do Prémio Pessoa em 2009, que se reveste de singular significado. Tendo sido a primeira vez que o mesmo foi entregue a um membro da Igreja já nessa ocasião foi Dom Manuel apresentado como uma “referência ética da sociedade.”-----

-----Dom Manuel Clemente é assim um homem do país e agora mais do que nunca do mundo. Mas não deixará nunca de ser o filho de Torres Vedras. Filho de uma cidade e de um município que o admiram e que sentem retribuída toda a admiração que lhe votam.-----

-----Dom Manuel, apesar da sua agenda (especialmente intensificada nos últimos anos pelo exercício

das suas funções como Bispo Auxiliar de Lisboa, depois Bispo do Porto e desde 2013 Patriarca de Lisboa), não tem deixado de responder afirmativamente às solicitações da sua terra. A título de exemplo, foi Comissário das Comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres Vedras e mais recentemente presidiu à cerimónia de inauguração do novo Centro Paroquial, onde foi recebido por um grupo de escuteiros, cujo movimento dinamizou na nossa cidade através do Agrupamento 122.--

----Dom Manuel na sua despedida da diocese do Porto, quando da sua nomeação como Patriarca de Lisboa, disse que “o coração não tem distância, só profundidade acrescida”. E nós sentimos também que uma maior distância física que esta nova missão possa vir a obrigar não significará menor presença nos corações dos torrienses.-----

----14 de fevereiro de 2015, dia em que foi criado Cardeal, ficará na memória das gentes, cuja proximidade sempre cultivou, e na História da Igreja e do País. História a cujo estudo desde sempre D. Manuel se dedicou e que nela, por direito próprio, hoje e para sempre ganhou o espaço e o lugar de personagem maior.-----

----Obrigado e um Bem-Haja Dom Manuel Clemente.-----

----Pelo Grupo Municipal do PSD.”-----

----O **Sr. Marco Claudino** interveio no sentido de sugerir que possa ser dada uma homenagem a D. Manuel Clemente. Assim e aferindo primeiro a sensibilidade do cardeal, poderiam designar a biblioteca municipal que vier a ser construída de “Biblioteca D. Manuel Clemente” e a Câmara Municipal poderia aprovar uma proposta de “medalha de diamante”, que não está regulamentada, pela excepcional situação que Torres Vedras vive com a nomeação de cardeal de um torriense e também pela excepcionalidade da pessoa em causa.-----

----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** anunciou que gostaria que o voto de congratulações e de louvor fossem fundidos num só texto, que reflita o espírito ecuménico de D. Manuel Clemente. Deve ser enviado um só voto em nome da Assembleia Municipal de Torres Vedras pois considera que não alcança finalidade se forem enviados individualmente emanados dos partidos.-----

----Aproveitou para informar que em nome do Órgão Deliberativo endereçou ao cardeal uma mensagem de satisfação pela sua nomeação.-----

----O Líder da bancada do PS, **Sr. José Augusto de Carvalho** concordou no sentido de que a Assembleia sairá prestigiada se os votos apresentados pelas duas forças políticas tiverem tradução num texto único.-----

----Assim propôs que colocassem à votação as duas propostas, para que sejam aprovadas e os proponentes elaborassem um texto comum.-----

----Relativamente à questão da medalha aludida pelo membro Marco Claudino lembrou que o regulamento municipal prevê uma medalha de grau superior às tradicionalmente atribuídas, que são as de mérito, ouro, prata e cobre. Tem ideia que há uma outra medalha consignada em regulamento,

a ser atribuída com critérios muito restritivos, que não sabe se alguma vez foi concedida.-----

-----O líder da bancada social democrata *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que não tinham objeção à proposta de fusão dos votos de congratulação e proposta de louvor e reconhecimento a D. Manuel Clemente.-----

-----Não se registou mais nenhuma intervenção e passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o voto de congratulações e a proposta de louvor e reconhecimento do a D. Manuel Clemente.-----

-----O Presidente da Mesa anunciou que seria feito um texto único, o qual seria enviado a D. Manuel Clemente em nome da Assembleia Municipal.-----

MOÇÃO – CUIDADOS DE SAÚDE EM TORRES VEDRAS:-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* leu a moção em título, que se transcreve de seguida:-----

-----“As graves insuficiências reveladas no funcionamento do serviço de urgências do Hospital de Torres Vedras impõem uma adequada análise dos cuidados que, através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o Governo proporciona aos torrienses.-----

-----Visando tal objetivo, são limitadas as informações disponíveis, não obstante o princípio da “administração aberta e transparente” que a Constituição e a lei consagram.-----

-----Anota-se, a propósito, que os Conselhos Consultivos tanto do Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) Oeste Sul como do Centro Hospitalar do Oeste (CHO) previstos na lei e em que tomam assento representantes designados pela Assembleia Municipal de Torres Vedras, não funcionam há vários anos, não se encontrando sequer constituído o Conselho Consultivo do CHO, o que responsabiliza o Ministério da Saúde.-----

-----Não obstante, é possível concluir que, no âmbito dos cuidados de saúde primários da responsabilidade do Centro de Saúde de Torres Vedras, a degradação do serviço prestado tem vindo progressivamente a acentuar-se.-----

-----Se a reforma dos serviços passaria pelas Unidades de Saúde Familiar, não se foi além das duas unidades atualmente existentes.-----

-----A resposta, em cuidados de saúde, às populações das freguesias rurais do concelho, revela um quadro calamitoso. A fixação de um dia por mês para marcação de consultas médicas e a formação, de madrugada, de filas de doentes nessas ocasiões são das realidades mais chocantes e dramáticas, inacreditáveis num País da União Europeia.-----

-----Há insuficiência de número de médicos e de enfermeiros, embora, quanto a estes últimos, o que falta é uma decisão governamental para a respetiva contratação.-----

-----Atenta a longa duração da formação dos médicos, a evidente insuficiência que se tem verificado, teve origem no número de vagas de acesso aos cursos de medicina na década de meados dos anos 80 a meados de 90, resultante de os responsáveis governamentais de então terem sido “capturados” por

interesses contrários aos da generalidade da população portuguesa (ver gráfico anexo).-----

-----O recurso a médicos-empresa é um mero e desajustado “paliativo” que pouco responde quanto à acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde.-----

-----Acresce que cerca de metade dos médicos terá 55 ou mais anos de idade o que coloca um grave problema de enquadramento dos jovens que se vão formando graças à inversão da política de ingresso nos cursos de medicina a que atrás se aludiu.-----

-----Quanto aos cuidados hospitalares, tem assumido foros de evidente gravidade a incapacidade de resposta do serviço de urgências do Hospital de Torres Vedras.-----

-----Esta unidade enferma igualmente de manifesta insuficiência de pessoal médico, recorrendo à famigerada contratação de médicos-empresa.-----

-----O hospital também se caracteriza por insuficiência de pessoal de enfermagem e auxiliar, se bem que, nestas vertentes, o quadro da situação alterar-se-ia radicalmente com uma decisão governamental de abertura de concursos.-----

-----Sublinha-se que a insofismável insuficiência de recursos humanos quer no Centro de Saúde e respetivas extensões quer no Hospital tem colocado uma pressão sobre os profissionais de saúde dificilmente suportável, degradando a relação entre estes e os doentes.-----

-----De referenciar ainda que a reduzida atratividade do Hospital de Torres Vedras, por parte de médicos, resulta da menor diferenciação de serviços que presta, o que frustra as suas expectativas profissionais. A análise de tal facto não pode ignorar as características das instalações do mesmo hospital.-----

-----Neste contexto, a inexistência no Hospital de Torres Vedras de serviços de diversas especialidades, como, por exemplo, de urologia, provoca que os doentes, não raro com patologias oncológicas, sejam encaminhados das consultas de cuidados primários para uma primeira consulta num hospital central, trânsito com longos meses de espera e consequências imagináveis...-----

-----Enfim, é a dramática fronteira entre a vida e a morte na parte em que esta é determinada pelos deficientes cuidados de saúde públicos que afetam a população de Torres Vedras.-----

-----Face ao que antecede, e ao muito mais que o quotidiano de muitos torrienses pode comprovadamente testemunhar, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em sessão ordinária nesta data, na consideração de que a proteção da saúde é um direito fundamental, delibera manifestar às entidades públicas com competências legais nesta área a mais viva preocupação pelo quadro de cuidados de saúde do SNS neste concelho, reclamando urgente e aprofundada análise e consequentes, breves e adequadas decisões.-----

-----Mais delibera reconhecer o profissionalismo de médicos, enfermeiros e outro pessoal de saúde, considerando as más condições em que trabalham.-----

-----Reconhecendo o direito de acompanhamento e participação dos cidadãos quanto aos serviços

públicos que lhes são vitais, esta Assembleia, estimula a população torriense a tomar parte na criação, constituição e funcionamento de uma Associação de Defesa dos Utentes dos Serviços de Saúde de Torres Vedras, prevista na Lei n.º 44/2005 e regulamentação complementar.-----

-----Torres Vedras, 26 de fevereiro de 2015.-----

-----O Grupo Municipal do PS”-----

-----Pedi a palavra a líder da bancada do PCP, **Teresa Oliveira**, informando que esta força partidária iria votar a favor, mas como na moção é proposto a criação, constituição e funcionamento de uma Associação de Defesa dos Utentes dos Serviços de Saúde de Torres Vedras alertou que já existe uma comissão de utentes e inquiriu se a mesma não entra em colisão com a agora proposta.---

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que essa comissão de utentes foi certamente constituída ao abrigo do direito que os cidadãos têm em se associar. O que é proposto é algo diferente até porque tem o enquadramento na Lei n.º 44/2005, que estabelece os direitos de participação e de intervenção das associações de defesa dos utentes da saúde junto da administração central, regional e local que o legislador entendeu privilegiar e nesse sentido sai valorizado a participação dos cidadãos, se a associação obedecer aos pressupostos desta norma legal.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** tomou a palavra, dizendo que o estímulo à criação da Associação de Defesa dos Utentes é um sucedâneo do que foi veiculando no Badaladas há um mês atrás, que já apelava para a criação desta associação defesa dos utentes que parecia apartidária mas depois foi totalmente partidária.-----

-----Acha que o PS não conseguiu sensibilizar pessoas fora do sistema partidário.-----

-----Disse que para o PSD, Torres Vedras vem sempre em primeiro lugar, independentemente da cor partidária do governo e revêm-se em algumas situações que a moção refere.-----

-----Assinalou que algumas das ocorrências mencionadas não são só de agora e reportam-se há já alguns anos atrás, nomeadamente a questão da falta de médicos nos Centros de Saúde.-----

-----Quanto às vagas para licenciatura em Medicina, fez notar que a ordem dos médicos diz que há médicos a mais o que é muito estranho, e salientou que só no final do governo António Guterres, 2002/2004, é que se registou um crescimento do número de vagas.-----

-----Anotou que ainda hoje foi tomada uma medida através de um despacho conjunto dos ministros das Finanças e Saúde que permite que os estabelecimentos do SNS possam contratar até 100 médicos aposentados sem o recurso a mecanismos legais de antecipação da aposentação devido à necessidade de continuar a dar respostas à escassez de médicos em algumas especialidades.-----

-----Não concordam com alguns dos considerandos da moção, mas no entendimento que os cuidados de saúde poderiam estar melhores, o PSD vai abster-se.-----

-----Relativamente à questão da associação proposta na moção o **Sr. José Augusto de Carvalho**, disse que o propósito é que a mesma funcione fora do contexto partidário e que surja da sociedade

civil.-----

-----Em relação às vagas referiu que, foi durante o governo de que fez parte que foram criados os cursos de Medicina nas Universidades do Minho e Beira Interior, e a evolução positiva que se verificou não foi por artes mágicas. Não poderia dar frutos em 1996 que foi o primeiro ano de governação do Eng.º Guterres. Houve um trabalho preparatório essencial, que determinou a evolução que se verificou a seguir. -----

-----Reforçou que na moção dizem que a insuficiência de médicos que se tem verificado teve origem no número de vagas em meados dos anos 80/90, resultante de os responsáveis governamentais de então terem sido “capturados” por interesses contrários aos da generalidade da população.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que folga em saber que o PS pretende alargar a participação na associação à sociedade civil.-----

-----No entanto frisou que o sistema de saúde não estando bem agora também não estava bem há uns anos atrás.-----

-----Quanto às referências aos médicos e às vagas, os números são muito controversos e segundo as palavras do Bastonário dos Médicos há médicos a mais, mas também se fala em má distribuição dos mesmos.-----

-----Pedi a palavra o Presidente de Junta de S. Pedro da Cadeira, *Carlos Gomes* para alertar para a situação que se vive na freguesia que preside, que classifica de inaceitável. Trata-se de uma freguesia que fica no litoral, meramente rural ao que crescem os problemas de transporte pois em certas localidades só passa um autocarro de manhã e outro à noite.-----

-----Para 5.000 utentes não existe médico de família infantil, consultas de planeamento e o serviço de enfermagem apenas funciona 3 manhãs por semana. Para se adquirem receitas há uma espera de 3 a 4 semanas.-----

-----Lembrou que quando era miúdo no Centro de Saúde de S. Pedro da Cadeira existiam 3 a 4 consultas livres/dia. Neste momento existe apenas um dia por mês para marcação de consultas, o que faz com que as pessoas se desloquem para o local às 3.00h da manhã, onde algumas vezes se registam conflitos.-----

-----Estão perante uma situação gravíssima para a qual alertam e que os governantes ignoram, e chegou a altura de dizer basta, pois à “saúde” todos têm direito.-----

-----Seguiu-se o Presidente de Junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, *Natalina Luís*, para dar conhecimento à assembleia da precária situação dos cuidados de saúde prestados à população desta união de freguesias. -----

-----Assim, deu nota que a atualmente apenas existem 12 horas de atendimento semanal na extensão de Campelos e 5 horas na extensão do Outeiro da Cabeça, o que representa cerca de 1/5 do que existia em 2008 para uma população maior e mais envelhecida.-----

-----Deu nota ainda que não existem consultas da valência materno-infantil e de planeamento desde 2008 e não existe cuidados de enfermagem desde 2013 nas duas extensões. -----

-----Reforçou que desde há muito que as consultas são marcadas apenas no último dia útil de cada mês para todo o mês, o que provoca mau estar entre a população quando se concentra à porta dos centros para obter marcação.-----

-----Por ultimo deu nota que perante esta situação, o Executivo da Junta elaborou uma exposição e fez uma abaixo-assinado que será enviado ao Ministro da Saúde.-----

-----O autarca do Ramalhal, *Carlos Terêncio*, interveio no sentido de dar nota que a freguesia que preside também está a viver um caos no que aos cuidados de saúde diz respeito.-----

-----Lembrou que desde há 20 anos atrás que a situação tem vindo a degradar-se, ao ponto de, a partir de novembro de 2014, devido à aposentação da médica de família em funções, só existirem dois clínicos a funcionar no período da manhã, às terças e quintas - feiras.-----

-----Referiu que foi colocado na porta do Centro de Saúde um papel a informar que as consultas para o mês de março serão marcadas no dia 2 desse mês, ou seja, têm que adivinhar quando vão estar doentes.-----

-----Considera um atentado aos direitos humanos e a freguesia do Ramalhal merece muito mais.-----

-----O *Sr. Celso Carvalho*, começou por assinalar que no Maxial já houve 3 médicos a tempo inteiro e que a moção em discussão defende toda a população do concelho, pois existem cerca de 30 mil pessoas sem médico de família.-----

-----Disse que lhe custava falar da situação que se vive na união de freguesias que preside porque ainda têm uma médica três vezes por semana e depois de ouvir o colega de S. Pedro da Cadeira, parece-lhe que, independentemente do governo, é um problema que afeta a todos.-----

-----Assim apelou para que a moção fosse aprovada por unanimidade para defender os interesses desses 30 mil torrienses.-----

-----O *Sr. Joaquim Gomes* manifestou-se espantado com o facto de dizerem que há médicos a mais, e de estarem a contratar médicos reformados.-----

-----O Presidente da Assembleia colocou à votação a moção em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou por maioria a moção sobre “Cuidados de Saúde em Torres Vedras”.-----

MOCÃO – CONTRA O PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO:-----

-----A líder da bancada do PCP *Teresa Oliveira* leu a moção em título que a seguir se transcreve:----

-----“Considerando que:-----

-----1. O Decreto-Lei n.º 30/2015 de 12 de Fevereiro estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, em desenvolvimento do regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias

locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----2. Há competências que não deverão ser transferidas para as autarquias, designadamente as que se relacionam com questões de ordem pedagógica ou com a gestão de docentes, seja em que domínio for, pondo em causa a universalidade das funções sociais do Estado;-----

-----3. Se continua a verificar a destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado, cortando no financiamento da educação sendo as transferências de capital para as autarquias, calculadas com base na média dos últimos quatro anos, considerando que nos últimos dois anos não houve investimento nesta área.-----

-----4. O contrato a celebrar com as autarquias, para a municipalização da educação, retira poderes de decisão às escolas e confere às câmaras competências relativas à gestão do pessoal docente, podendo estas contratar docentes para os chamados projetos locais ou para a componente local do currículo;-----

-----5. A municipalização da educação tendo por objetivo essencial, questões economicistas, visando a desresponsabilização do Estado relativamente a um setor fundamental de desenvolvimento do País e mantendo a porta aberta para a entrega das escolas ao setor privado;-----

-----6. São previstos prémios financeiros aos municípios como incentivos ao corte no financiamento da educação, atribuindo à câmara municipal 50% do produto das poupanças, passando assim a estar em conta qualquer corte (pessoal docente, ação social escolar, cantinas, ...);-----

-----7. O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringindo o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afetou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional fator de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização;-----

-----8. Tem sido um processo desenvolvido com secretismo, de forma a evitar a contestação, por falta de conhecimento, da comunidade educativa;-----

-----9. A municipalização do ensino leva a perversos resultados em termos de igualdade de oportunidades e qualidade de ensino, por acentuar assimetrias entre escolas de diferentes municípios e condicionando a qualidade e rigor do ensino da Escola Pública;-----

-----10. Esta municipalização fere o Artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa, o qual confere a todos o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar e que incumbe ao Estado a realização da política de ensino;-----

-----11. Só a luta por uma educação pública, gratuita de qualidade e para todos, envolvendo toda a sociedade, poderá defender esta valiosa conquista do 25 de Abril de 1974.-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida no dia 26 de Fevereiro de 2015 delibera:-----

-----a) O seu desacordo expresso face ao Decreto-Lei n.º 30/2015 de 12 de Fevereiro que estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de

funções sociais;-----

----b) A recusa de qualquer processo de municipalização da educação no Município de Torres Vedras;-----

----c) Solidarizar-se com a luta dos professores e restante comunidade educativa contra a municipalização da educação. Enviar a moção para:-----

----Suas Excelências o Primeiro-Ministro e Ministro da Educação e Ciência; Grupos Parlamentares na Assembleia da República; Sindicatos de Professores; Assembleias Municipais da área da Oeste-CIM, Jornal local “Badaladas”.-----

----Os Eleitos da CDU.-----

----Assembleia Municipal de Torres Vedras 26 de Fevereiro de 2015.”-----

----O **Sr. Vítor Fernandes** pediu a palavra para dizer que iria votar a favor, mas não se revia no ponto 8 da moção em discussão.-----

----O Líder da bancada, **Luís Carlos Lopes** disse que a visão global do PSD é votar contra.-----

----O **Sr. José Augusto de Carvalho**, líder socialista fez notar que para analisar esta questão e no que se refere à municipalização não se podem esquecer que não pode ser aferida só à luz do concelho de Torres Vedras e dos seus autarcas.-----

----As delegações de competências em matéria de educação para o universo dos 308 municípios suscitam-lhe sérias reservas, porém as mesmas poderão ser superadas se não estiverem em causa as componentes pedagógicas e docentes.-----

----Subscreve a maior parte das preocupações que o preâmbulo inclui mas tem muita dificuldade em rever-se na parte expositiva particularmente a alínea b) que recusa de qualquer processo de municipalização da educação no Município de Torres Vedras.-----

----Assim, e como esta matéria não iria ter efeitos a curto prazo sugeriu que a CDU admitisse o adiamento da votação para refletirem e tentarem encontrar uma plataforma de entendimento porque a matéria assim o justifica.-----

----Em nome da bancada do PCP, o membro **João Bernardes** disse que a essência que está no documento em apreço, prende-se com o direito à educação que deve ser garantido e achava estranha a postura de criar pequenas alíneas. Até parece que o país está melhor que há quatro anos atrás.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** defendeu que uma verdadeira reforma do estado passa por delegar competências nos municípios e nos órgãos que os compõem, que é um princípio que este governo ignorou quando falou em reforma do Estado.-----

----É obvio que serão no domínio da educação até porque os municípios já as detêm no caso do 1.º ciclo e pensa que devem ter de ficar também com as do 2.º ciclo a médio/longo prazo.-----

----Uma moção que recusa qualquer tipo de municipalização no domínio da educação não é aceitável, independentemente da municipalização que se estivesse a fazer.-----

-----Deu nota que participou numa reunião com o governo sobre a descentralização de competências na área da educação, e só não avançaram porque ficou muito aquém daquilo que é a reforma do Estado. É para descentralizar a prazo e à pressa sendo desconfortável fazer um processo tão complicado à pressa.-----

-----Fez notar que a lei que regula esta matéria é inequívoca, e sem o acordo dos agrupamentos não há descentralização. É um processo que deve ser desenvolvido e maturado sem ser apressado, mas que é inevitável. Isto não entra em contradição com o que disse o membro João Bernardes sobre o dever do Estado de garantir determinados direitos, mas não podem esquecer que as autarquias fazem parte deste Estado.-----

-----Disse ser estranho que os sindicatos e neste caso o PCP com esta moção, admita que os municípios possam recrutar auxiliares de ação educativa mas não possam recrutar professores. Não percebe onde está a diferença.-----

-----O que lhe desagrada é ter uma descentralização que descentraliza para os municípios tudo o que diz respeito a auxiliares de ação educativa e não aos professores. Interroga-se se é uma descentralização de competências ou de tarefas.-----

-----Também não lhe agrada a alínea b) da moção, nem os pressupostos. Tendo em conta que será inevitável uma descentralização de competências na matéria da educação, aprovar uma moção que condena Torres Vedras a não receber qualquer competência neste domínio não é sequer imaginável.-----

-----Não se registaram mais intervenções, pelo que se passou à votação da moção a qual foi reprovada pela Assembleia Municipal.-----

IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE EM TORRES VEDRAS:-----

-----Tendo presente que a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, em 20 de fevereiro de do ano transato a implementação do conselho em título, a **Sra. Marta Geraldês** questionou sobre o ponto de situação.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o regulamento do conselho em causa está a ser ultimado e a curto prazo será presente a reunião do Executivo e depois à Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL DE TORRES VEDRAS DE 2015:-----

-----O **Sr. Artur Narciso** começou por dizer que estão melhor hoje do que estavam à quatro anos atrás no que toca ao Carnaval de Torres, e estranha quando algumas pessoas digam que se regem pelo lema “primeiro a nossa terra”, quando já ali presenciou ataques ao Carnaval.-----

-----Assim, endereçou a todos os intervenientes os parabéns, pela qualidade que teve, mesmo sem tolerância de ponto. Foram €9 milhões só para a cultura de Torres Vedras e do Oeste, que não interessa, pelos vistos a alguns partidos.-----

-----Correu tudo bem, com cerca de 350.000 pessoas que deram retorno económico à economia local, mas não se podem esquecer que é uma marca de nível nacional e internacional. Verificou que havia portugueses de muitos pontos do país e pessoas de toda a parte do globo.-----

-----Reforçou que foi um evento fantástico, com esforço adicional para terem maior higiene nas ruas, o que é de aplaudir.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras elogiosas do membro.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FUNDOS COMUNITÁRIOS:-----

-----O *Sr. José António Adriano*, representante do CDS-PP disse que gostaria de saber se nos últimos meses foram atribuídos fundos comunitários a projectos do município e em caso afirmativo quais as quantias e quais os projetos.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a Câmara Municipal de Torres Vedras não recebeu fundos porque não abriram candidaturas, uma vez que o novo QCA não entrou em funcionamento.--

-----Mais informou que só abriu o concurso que permitiu às Comunidades Intermunicipais de candidatarem os seus planos estratégicos que já estavam feitos há bastante tempo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SINALÉTICA EM TORRES VEDRAS:-----

-----O *Sr. José António Adriano* mostrou o seu agrado de já ter sido reposta alguma sinalética das Linhas de Torres, no entanto alertou que a que está colocada junto às bombas da Galp, a caminho do Arena, não está bem visível.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que estão a trabalhar na sinalética e tomou nota da referência.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL - CANDIDATURA PATRIMÓNIO IMATERIAL:-----

-----Sendo o Carnaval o “ex-libris” do concelho de Torres Vedras o *Sr. Joaquim Gomes* questionou qual o ponto de situação da candidatura em epígrafe.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que a candidatura está a seguir os tramites normais no Ministério da Cultura, uma vez que lhes recomendaram primeiro candidatar a património imaterial nacional e estão a desenvolver a candidatura para avançar com um pedido formal. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTACIONAMENTO NO MERCADO MUNICIPAL:-----

-----O *Sr. Joaquim Gomes* reportou-se ao estacionamento em título, indicando que todos os comerciantes se queixam que estão a perder clientes, pelo facto de a 1.ª hora de estacionamento ser paga. Sabe que são apenas 30 cêntimos, mas impede que algumas pessoas se desloquem ao local. ---

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que se fala na perda de clientes no mercado municipal mas não é verdade. Há registo das entradas no parque de estacionamento e o número de entradas/dia

é idêntico ao que se registava antes de se pagar 30 cêntimos na primeira hora. Se juntarem o número de avenças que não existiam, é superior às entradas diárias. -----

----Relevou também o facto, de desde Janeiro do corrente ano, e após pressão feita pelos operadores, o mercado funcionar com o horário mais reduzido, ou seja encerrar às 15.00h.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PISTA DE ATLETISMO DO PAÚL:-----

----A *Sra. Ana Fiéis* reportando-se à empreitada de requalificação da Pista de Atletismo da Paúl questionou para quando um Campeonato Municipal de Pista. Atenta a quantidade de praticantes desta modalidade que existem no concelho é urgente esta infraestrutra.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o processo está na fase final de adjudicação.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

UNIÃO DE FREGUESIAS DE A-DOS-CUNHADOS E CAMPELOS:-----

----O *Sr. Francisco Branco* interveio para dar nota de alguns serviços prestados pela Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados e Câmara Municipal.-----

----Referiu-se concretamente à regularização do estacionamento e mobilidade no centro de Penafirme com a colocação de sinalética. As associações da terra, COJOPE e ADN foram auscultadas para refletirem sobre o assunto e apresentarem uma proposta e a população também foi ouvida.-----

----Assim, e tendo havido esta participação ativa a regularização do transito e a colocação de sinais foi feita sem grandes reparos pela população.-----

----Foram também iniciados trabalhos de melhoramentos nos espaços verdes, obra simples e pragmática mas que cumpre os objetivos dos mesmos.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu as palavras do membro.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO:-----

----O *Sr. Francisco Branco* deu nota que esteve presente numa reunião organizada pela Câmara , com as várias associações do concelho, em que foi feita uma apresentação pública do mapeamento do associações do concelho, que traduziu um excelente trabalho de recolha de dados, tendo ficado admirado, pois não fazia ideia que existissem tantas associações no concelho.-----

----Destacou a variedade de ações de formação que foram propostas e que certamente tiveram a adesão de muitos dos presentes, e o apelo que foi feito à mobilização para a partilha de competências e sinergias das associações existentes, sempre que possível dentro da sua própria freguesia.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TERMINAL RODÓVIÁRIO - MOBILIDADE:-----

-----O *Sr. João Bastos* deu nota de uma notícia do “Público” relativa à inauguração da nova estação rodoviária de Caldas da Rainha, que sofreu obras de ampliação no valor de €1.000.000,00, em que o Administrador da Rodoviária do Tejo e Presidente do Município se mostraram em sintonia em enfatizar a importância desta estação se manter em pleno centro da cidade. Na área de influência desta empresa, as cidades de Peniche, Torres Vedras, Almeirim e Rio Maior construíram terminais fora do centro, tendo o administrador dito que foi mau para operação porque se perderam passageiros que precisam de fazer transbordos em autocarro urbano ou táxi, assim como o comércio local também se ressentiu da perda da estação central.-----

-----Parece-lhe que o Administrador da Rodoviária do Tejo tem uma opinião semelhante à sua pois sempre defendeu que o Terminal Rodoviário de Torres Vedras se devia manter no centro da cidade.-

-----Assim, questionou se a operação melhorou e se já há reflexos positivos ou negativos sobre o comércio tradicional. Está convicto que as pessoas que se deslocam à cidade vindas das aldeias, que utilizam o transporte público estão pior servidas. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que há reflexos positivos na mudança, mas em termos de comerciantes tinham que falar individualmente com cada um para saber ou perguntar à ACIRO. Não ouve vozes em contrário.-----

-----Quanto ao operador, que é o mesmo de Caldas da Rainha, têm a informação que corre normalmente, sem qualquer perda de clientela. Não têm informações que qualquer das alterações que foram feitas não tenha sido benéfica. Têm de facto reclamações sobre o TUT no que se refere às suas linhas, circuitos e espaço temporal dos circuitos.-----

-----Lembrou que quando o Terminal Rodoviário saiu da Av. 5 de Outubro e foi para a Av. Humberto Delgado, também foi para a periferia da cidade mas também ajudou a fazer ali a “cidade”. Crê que também ajudará a fazer a “cidade” neste local. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SMAS – DEVOLUÇÃO DE CAUCÕES:-----

-----O *Sr. João Bastos* referiu que viu num jornal a notícia que a maior parte das cauções da EDP e SMAS não tinham sido levantadas e que os municípios eram obrigados a publicitar a lista dessas pessoas. Foi ao site dos SMAS onde está publicitada a famosa lista onde constam os nomes de mais de 18 mil pessoas para receberem a caução.-----

-----Constatou que decorreu de uma norma legal que diz que deve ser restituída ao consumidor, sem indicar como, mas o valor a restituir já não se encontra nos SMAS, mas na DGC.-----

-----Nesta sequência, é necessário fazer um requerimento aos SMAS para a emissão de uma declaração que terá que ser entregue à Direção Geral do Consumidor para se receber o dinheiro.-----

-----Acha que não devia ser este o procedimento, e estas empresas poderiam utilizar a relação de fornecedor/cliente que têm com a população, para o efeito. Muitas pessoas não sabem e não vão

reclamar a caução e questiona a razão de não ter sido iniciativa das próprias companhias de devolverem o dinheiro das cauções aos clientes.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que as pessoas estão a ser notificadas pelos SMAS para levantar as cauções. No entanto trata-se de um processo administrativo nacional e o dinheiro não reverte a favor dos SMAS, destina-se aos cofres do Estado e serão eles a beneficiar no caso do não levantamento.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ILUMINACÃO PÚBLICA:-----

----A *Sra. Teresa Oliveira* alertou que existe falta de iluminação pública na Rua dos Bombeiros Voluntários junto à Associação dos Reformados, onde existe acesso a garagens, um parque infantil e uma pequena zona relvada, que está sempre às escuras e é vandalizada com muita facilidade.-----

----Devia ser colocada iluminação pública para tornar o local mais aprazível para os habitantes, não só daquela zona mas para todos os habitantes de Torres Vedras, já que é um local público.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* tomou nota do reparo, e quer a autarquia quer a junta da cidade, cujo presidente se encontra presente, não deixarão de o ter em conta. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OBRAS NO CENTRO DE SAÚDE DE A-DOS-CUNHADOS:-----

----A *Sra. Teresa Oliveira* reportou-se às obras em título, as quais pensa que deveriam ter sido concluídas em novembro.-----

----Deu nota que o Centro de Saúde continua a funcionar no 1.º andar da Associação de Socorros, mas numa situação temporária porque o acesso é muito difícil para pessoas com mobilidade reduzida. Certo é que as obras estão paradas, foram apenas pagos 20 mil euros ao empreiteiro quando devia ter sido 40 mil.-----

----Sabem que a Câmara fez uma transferência de 50 mil euros para a junta e estando as obras paradas por falta de pagamento ao empreiteiro questiona quando se irá resolver a situação.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que não é verdade que não esteja a haver obra, mas decorrem a um ritmo mais lento do que gostariam. Pensam que mais dois meses e estarão concluídas.-----

----A Junta e a Câmara estão a investir muito dinheiro naquelas instalações, estão a duplicar o espaço de acolhimento das pessoas e de prestação de serviços. A ARS paga uma pequena renda mas mostrou vontade de não pagar mais nenhuma verba. -----

----Estão a substituir-se ao governo na realização de uma obra que é da competência deles. A Assembleia exigir que a obra se conclua depressa é legítimo mas é mais do que legítimo exigir que a ARS pague a renda.-----

----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----Teve inicio o Período da Ordem do dia.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPCÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2015, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12.09:-----

-----Presente ofício número 1121, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 12 de fevereiro, a remeter a 1.º revisão em título, para contemplar as situações previstas na informação n.º 5/2015 de 5 de fevereiro, da Chefe de Divisão Financeira, que complementa o agendamento.-----

-----Foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para uma breve apresentação do assunto.-----

-----Disse que a revisão se prende com a criação de algumas rubricas no orçamento e ainda criar um projeto no PPI e respetivas rubricas orçamentais que permitam a celebração de contrato de leasing para aquisição de viaturas para recolha de resíduos sólidos.-----

-----Não se registaram intervenções, pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2015.-----

PONTO 2 - CONCEDER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA AQUISIÇÃO DE UMA COLEÇÃO DE BRINQUEDOS DE OTÁVIO NEVES NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02:-----

-----Presente ofício número 1122, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 12 de fevereiro a solicitar, de acordo com o deliberado pelo Executivo em 10.02, a autorização em título seguindo as premissas da informação do Sr. Presidente da Câmara datada de 30 de Dezembro que faz parte integrante do presente agendamento.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que Otávio Neves é de um concidadão que ao longos dos anos foi desenvolvendo uma coleção de brinquedos com mais de 6000 peças.-----

-----Informou que o Município tem, ao longo do tempo, mostrado interesse nesta coleção, tendo já sido utilizada na Fábrica da Histórias, e vindo a negociar um valor para a sua aquisição, porque entende que é uma mais valia, que foi reforçada com o encerramento do Museu do Brinquedo em Sintra.-----

-----Assim chegaram a um valor que considera muito simpático para o concelho, e que não onera orçamento da Câmara Municipal pois trata-se de 4 prestações anuais de €30.000.00.-----

-----Trata-se de uma boa oportunidade de adquirir a coleção para expor, a qual terá como local definitivo a nova Biblioteca nos “Jardins de Santiago”, cujo concurso incluiu um espaço específico para acolher e potenciar a coleção, mas que em termos provisório é intenção ir expondo partes da mesma no edifício do Choupal. -----

-----Estão convictos que estão a fazer uma aquisição que atrairá pessoas à cidade.-----

-----O **Sr. Joaquim Gomes** disse que o Grupo Municipal do PCP iria votar a favor, pois é um museu e os museus são cultura. No entanto lamentou que quase durante 40 anos não se fizeram museus no concelho e agora, vão aparecer 9 fazendo de Torres Vedras, seguramente, a capital dos museus.-----

-----Assim enumerou o do Carnaval, Joaquim Agostinho, Vinho, Teatro, Paleontológico, Azenha da Ponte e agora do Brinquedo. Nesta sequência sugeriu também o Museu da Industria, aproveitando um levantamento que o Professor Moedas Duarte está a fazer, cuja noticia saiu no Badaladas a passada semana. -----

-----O **Sr. José Adriano**, representante do CDS-PP também disse que iria votar a favor. Questionou se está previsto a Câmara angariar parcerias com entidades financeiras que vise o patrocínio de futuras despesas para ajuda de gastos. -----

-----O **Sr. João Bastos** começou por dizer que tinha como convicção que em situação análogas as coleções que passam para os municípios são dadas. Pensava que também seria este o caso tendo ficado muito espantado quando percebeu que se tratava de uma venda e mais espantado com o valor de €120.000,00 negociado.-----

-----Trata-se de brinquedos que existem em todo o lado, não são específicos da zona do concelho. Poderia perceber se fossem brinquedos alusivos à guerra peninsular. Se amanhã aparecer outra pessoa com uma coleção de brinquedos, interroga-se se a Câmara também irá comprar esses brinquedos. Não percebe qual o critério.-----

-----Além da compra também não entende o facto de se ter um compromisso para construir um equipamento para albergar a coleção e ter que se colocar em todas as mostras da mesma a referência expressa de “Coleção Otctávio Neves” em todo o material promocional. Concordaria com esta menção se a coleção fosse oferecida.-----

-----Também não está de acordo que a coleção seja colocada na Biblioteca Municipal, quanto muito que seja exibida numa valência do Museu Municipal.-----

-----Quanto ao colocar provisoriamente parte da coleção no Centro de Educação Ambiental do Choupal, o qual disse muitas vezes nesta Assembleia que não precisava de ser construído, já que foi construído têm que arranjar uma utilização que justifique esta construção.-----

-----Mais uma vez disse que não compreende, acha que não é uma questão de brinquedos é uma questão de brincar com o dinheiro público.-----

-----O líder da bancada do PS, **Sr. José Augusto de Carvalho** interveio no sentido de clarificar que a responsabilidade da aquisição é da Câmara Municipal, e o assunto só vem à Assembleia para a autorização prévia do compromisso plurianual dos encargos. Como tal não comenta sobre a questão da referência “Coleção Otávio Neves.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* manifestou incredulidade com a intervenção do membro João Bastos pela sua tacanhez e falta de visão.-----

-----Frisou que foram palavras de quem não tem ideia do que representava o Museu do Brinquedo para Sintra e o movimento de pessoas que tinha e não vê a vantagem de atraírem pessoas à cidade se tiverem em Torres Vedras um equipamento destes a funcionar. É uma ideia comprovada, com os resultados provados, que terminou devido a discrepância entre o dono da coleção e a autarquia.-----

-----Fez notar que desde que exerce funções na Câmara Municipal que não se lembra de terem dado coleções. As que o município possuiu, pagou.-----

-----Quanto à referência de terem que ser brinquedos do concelho, fez notar que Torres Vedras não tem brinquedos.-----

-----Disse ainda que o membro deve ter percebido que o valor da coleção é muito superior ao que foi negociado e que a premissa de colocar “Coleção Octávio Matos” é uma forma de compensarem ao proprietário o valor que não têm capacidade de pagar.-----

-----Por fim informou que a Câmara Municipal está sempre receptiva a patrocínios e mecenato. O que a prática lhes diz é que cada vez são mais escassos.-----

-----Não se registou mais nenhuma intervenção pelo que o Presidente da Mesa submeteu à votação o assunto em discussão:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 31 votos a favor, 7 votos contra e 1 abstenção, conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual, para aquisição de uma coleção de brinquedos de Otávio Neves, no valor de €120.000,00, com pagamento através de quatro prestações anuais, iguais e sucessivas de €30.000,00 vencendo-se a primeira em Maio de 2015, e que em todas as mostras de brinquedos da coleção, seja temporária ou definitiva, terá que haver a referência expressa de “Coleção Octávio Neves” em todo o material promocional.-----

-----Anota-se que votaram a favor o PS, PCP, CDS, Torres nas Linhas e Pedro Germano, contra o PSD e absteve-se Hélio Gomes.-----

PONTO 3 – AUTORIZAR A ADMISSÃO DE 3 ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA FUNÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, AO ABRIGO DO DISPOSTO DO N.º 2 DO ART.º 64.º DA LOE 2015:-----

-----Presente ofício número 1123 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12 de fevereiro, a enviar o pedido em título, deliberado em sua reunião de 10.02 tendo por base as informações 6/2015 da Divisão de Recursos Humanos e 4/2015 da Divisão Financeira, ambas de 5 deste mês, que acompanham a revisão, recorrendo à reserva de recrutamento interno válida e após verificação dos devidos requisitos.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que se torna necessário para fazer face às exigência do setor de educação, recorrer à reserva de recrutamento interna que está válida.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se iniciou de imediato a votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a admissão de 3 assistentes operacionais para funções na área da educação.-----

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA PARA A ZONA DA ENCOSTA DE S. VICENTE NA CIDADE DE TORRES VEDRAS, TENDO PRESENTE A COMPETÊNCIA PREVISTA NO N.º 1 DO ART.º 13.º DO DECRETO - LEI N.º 307/2009 DE 23.10 NA REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 32/2012 DE 14.08:-----

-----Presente ofício número 803 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 2 de fevereiro a remeter a proposta de delimitação em título, para efeitos de aprovação de conformidade com o deliberado pelo Executivo em 27.01.2015.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* lembrou que recentemente a Assembleia aprovou o alargamento da ARU do centro histórico de forma a abranger o Choupal e surge agora esta em complemento, que incide sobre o setor urbano que engloba a Encosta de S. Vicente e áreas adjacentes numa perspetiva do próximo QCA no que diz respeito a regeneração urbana.-----

-----Assim podem fazer regeneração urbana no Bairro do Matadouro e na Encosta de S. Vicente tendo por epicentro as obras do Centro de Artes do Carnaval, trabalhando para terem o norte da cidade cada vez mais equilibrada com o sul, reduzindo as assimetrias e reduzindo as diferenças urbanísticas que existem num lado e noutro.-----

-----O *Sr. João Bastos* manifestou a sua concordância e vê como principais vantagens as isenções e benefícios fiscais que vão recair sobre os imóveis desta área. No âmbito da construção do Centro de Artes do Carnaval questionou se a entrada norte da cidade e a via até à rotunda, vai dignificada.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o PDM prevê o alinhamento da estrada em causa para perto da ribeira e intervenção do Choupal está prevista até à rotunda .-----

-----Pretendem no projecto do Centro de Artes do Carnaval trabalhar a regeneração urbana de toda aquela zona ou seja, todo o espaço entre a própria via e centro e entre estrada e a ribeira. -----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que o Presidente da Assembleia submeteu à votação o assunto em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação de área de reabilitação urbana para a zona da Encosta de S. Vicente na cidade de Torres Vedras.-----

PONTO 5 - APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013 DE 12.09:-----

-----Presente informação referente à actividade do município de dezembro de 2014, e janeiro e fevereiro de 2015, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 24.02 é de €3.327.813,60 e o saldo de tesouraria €1715.920,54.-----

-----Pedi a palavra a autarca da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, **Natalina Luís** para tecer alguns comentários sobre o Carnaval de Torres Vedras, que considera o evento cultural mais criativo e diversificado do concelho e o mais enraizado nas pessoas participam ativamente nele.-----

-----Deu nota que a confraria do Carnaval, associação à qual se orgulha de pertencer, tem trabalhado em parceria com a Promotorres, e Câmara no sentido de preservar algumas tradições relacionadas com o Carnaval, que não devem ser esquecidas, sendo responsável pela chegada dos reis e o enterro do Entrudo, ou seja o inicio e o fim.-----

-----Disse que os reis têm uma importância vital para o êxito dos corsos e para a imagem tradicional desse Carnaval, que se afirma todos os anos como o mais português de Portugal e também devem agradecer o seu empenho e dedicação.-----

-----Destacou o curso escolar que se realiza na sexta-feira de manhã organizado em conjunto pelo setor de educação da Câmara Municipal e Promotorres. Nele participaram cerca de 9 mil crianças, professores e educadores, em representação de 90 estabelecimentos de ensino do concelho, que conseguiram, transmitir a todos a alegria e a vivacidade com que se deve brincar nesta época.-----

-----De seguida destacou o número impressionante de participantes nos corsos diurnos, que rondaram os 45 mil no domingo e 50 mil na terça, e que traduzem a atratividade do evento e o potencial turístico que possuiu.-----

-----Por fim destacou o “baile tradição” dos idosos, que teve a participação de 300 seniores, mascarados, que concorreram a um concurso de mascaras e que contou com centenas de pessoas a assistir e a divertirem-se na tarde de segunda-feira.-----

-----Agradeceu à Câmara e Promotorres que souberam uma vez mais motivar e gerir diferentes tipos de pessoas, que deram o seu contributo para o enorme sucesso do Carnaval de Torres Vedras deste ano.-----

-----Ainda sobre o Carnaval o **Sr. João Bastos** deu nota que apareceram grafitti nas paredes de uma residência familiar, cujo proprietário o questionou se a Promotorres possuiu seguro para o efeito.-----

-----Depois deu nota que a página on-line que permite obter plantas de localização para os projetos de arquitetura está em baixo há já algum tempo, o que faz com que os arquitetos tenham que se deslocar à Câmara Municipal para as adquirir.-----

-----Relativamente à questão feita sobre as obras do Centro de Saúde em A-dos-Cunhados, no período antes da ordem do dia, a autarca desta freguesia **Ana Cristina Abreu**, interveio no sentido

de esclarecer que não recebeu €50.000,00 para as obras, o empreiteiro está a trabalhar e não está parado por falta de pagamento, já tendo recebido €40.000.00.-----

-----Convidou os membros que integram a CDU, nomeadamente o membro do seu Executivo a visitar as obras, que estão em curso na freguesia e ele desconhece, e que por isso, não pode dizer se estão ou não paradas. As obras em causa estão em andamento, não no ritmo que desejavam, mas ao ritmo imposto pelo construtor e sobretudo pela ARS, que tem feito várias visitas e colocado várias questões.-----

-----Julga que dentro de dois meses poderão estar prontas, a não ser que haja mais alguma exigência por parte da ARS.-----

-----Mais informou que a ARS paga à junta uma renda de €134,00, valor que estão a transferir para a Associação de Socorros para custear parte da despesa mensal, já que esta administração nega-se a pagar qualquer outro tipo de despesa.-----

-----Também esclareceu que até ao presente dia não receberam nenhuma reclamação por parte da população que venha pôr em causa o bom funcionamento do Centro de Saúde.-----

-----No que concerne ao documento em discussão no que se refere às obras do Pólis do Choupal - Requalificação Urbana o *Sr. Luís Carlos Lopes* questionou sobre o andamento das mesmas. -----

-----Voltando ao tema Carnaval, e à intervenção do colega Artur Narciso, disse que não viu ninguém a dizer mal do Carnaval, pelo que o PSD passa ao lado da crítica. Salientou algum esforço de policiamento e de limpeza mas a noite de 2.ª feira é complicada com alguns incidentes e tendo sentido algumas ondas de agressividade um pouco maiores do que nos outros anos, não sabe o que se poderá fazer para minimizar a situação.-----

-----No que se refere ao desporto sénior, programa “Mexa-se para a vida” alertou que indica 172 participantes o que pensa tratar-se de um lapso.-----

-----Por último fez notar que a situação financeira do município aparenta estar melhor, mas verificou que não há valores a receber, o que quer dizer que a informação está errada ou já se receberam todas as verbas que a administração central devia pelos transportes escolares, o que era ótimo mas pensa não ser o caso.-----

-----Terminadas as intervenções, teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos:-----

-----No tocante ao Carnaval disse que correu muito bem excepto no sábado porque choveu até às 23.00h, mas depois disso a noite foi muito boa.-----

-----Tiveram pelo 3.º ano consecutivo as contas muito equilibradas, sendo certo que trabalharam com um orçamento de cerca de €520.000,00 e pela primeira vez irão ter receitas de bilheteira superiores a €350.000,00. Também pela 3.ª vez consecutiva a segunda-feira é a noite com mais receita, mas também a noite que traz mais preocupações.-----

-----Igualmente pela primeira vez tiveram a televisão oficial a transmitir o Carnaval de Torres, o que é muito importante para as receitas dos próximos anos, no sentido de poderem com antecedência arranjar patrocínios com garantias e negociarem com os canais televisivos, o que nunca tinha acontecido até aqui.-----

-----Pensa que ficaram bem na “fotografia” fruto das pequenas alterações que o Carnaval foi sofrendo ao longo dos anos, quase sem darem por isso. Uma delas foi a introdução dos grupos do concurso de mascarados de sábado à noite, que desfilam no domingo e na terça-feira, e que preenchem a estrada entre os carros oferecendo boas imagens. Foram pequenas alterações que têm ajudado para que seja um Carnaval *sui generis*.-----

-----As referências do membro Luís Carlos Lopes são preocupantes, embora não possa falar no plural pois tiveram só um incidente que foi grave com uma pessoa com problemas mentais que picou várias pessoas com uma navalha e depois sem razão aparente, esfaqueou outra, que necessitou de intervenção hospitalar, mas sem ferimentos graves.-----

-----Mais informou que tal como este, os incidentes ocorrem sempre na Praça da Batata, onde há mais gente, gente mais nova. Pensa que se tem que ir criando alternativas a esta praça, criando um terceiro recinto para aliviar este aglomerado de jovens. São este tipo de situações que têm que estar atentos e procurar alterações.-----

-----Disse ainda que os problemas sanitários nunca estão resolvidos, apesar de este ano terem quadruplicado a oferta.-----

-----No que se refere ao graffiti, assinalou que é uma situação que ocorre durante todo o ano, e neste Carnaval registou-se uma invasão. A Câmara Municipal não tem capacidade de resolver de imediato, talvez para o Verão e a Promotorres não tem seguro para o efeito. -----

-----Relativamente à questão das plantas de localização, disse que o Vereador do sector registou o reparo.-----

-----Quanto ao Pólis esclareceu que as obras registam um atraso de 2 meses. O tempo não tem ajudado e trata-se de uma obra muito complexa. Manifestou-se admirado com o facto de se ter registado tão pouco incomodo com a intervenção, se pensarem que a rotunda muda de lugar todos os dias.-----

-----Disse ainda que o grande incomodo prendeu-se com as dificuldades de acesso durante meses dos moradores à Encosta de S. Vicente, cuja população foi muito compreensível.-----

-----Tem havido muitas ocorrências, mas os trabalhos estão em curso. A preocupação da autarquia tem sido cumprir os prazos da candidatura, uma vez que só terão a definição dos montantes a receber após a obra estar integralmente concluída.-----

-----Relativamente às verbas devidas ao Município pelo Ministério de Educação, informou que não receberam a transferência correspondente ao ano escolar 2014/2015, receberam apenas algumas

verbas que estavam em atraso, e esta realidade dificulta muito negociar com o governo a descentralização de competências.-----

-----Esclareceu que o número correto de participantes no Programa “Mexa-se para a vida” é de 1172 e não 172 como consta no documento em apreço.-----

-----Por último esclareceu a Assembleia de que no que se refere à cerimónia do D. Manuel Clemente a Câmara Municipal, naturalmente, não foi convidada, uma vez que foi organizada pelo Vaticano. Foi convidada pelo patriarcado para estar presente na missa do domingo passado que ocorreu nos Jerónimos.-----

-----Assinalou que o nome da Biblioteca provisória será Clemente. Disse ainda que a vereação socialista concorda com a ideia de dar o nome de D. Manuel Clemente à futura Biblioteca, com a devida autorização do cardeal, no entanto é seu entendimento que não se justifica à data estar a discutir o assunto.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 24.00 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
